



EDITAL Nº 03/2016

**CHAMADA PARA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE ESTUDOS EM
DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO**

O NINC/UFPR, por intermédio do presente edital, informa a comunidade acadêmica a respeito da criação de um grupo de estudos e discussões em temas relacionados ao **Direito Administrativo Contemporâneo**.

Trata-se de uma iniciativa que visa promover leituras direcionadas, debates e investigações científicas não só de um ponto de vista teórico-crítico, mas também concernentes a casos práticos e polêmicos vivenciados na contemporaneidade.

As reuniões ocorrerão quinzenalmente e abordarão, no ano de 2017, os seguintes temas: **Retrocesso Social e Reformas no Serviço Público de Educação no Brasil** e **O Impacto das Novas Tecnologias no Regime Jurídico Brasileiro dos Serviços Públicos**.

O grupo é aberto à participação de interessados da UFPR e de quaisquer outras instituições de ensino superior. Aqueles que desejarem participar devem se inscrever no período de **10 de novembro a 10 de dezembro**, no site do NINC, mediante do preenchimento do [formulário online](#) (segue anexa a ementa explicativa dos temas).

O lançamento simbólico do grupo será realizado na quinta-feira, dia **10 de novembro, 18h30**, no PPGD da UFPR.

Na primeira reunião, quando serão fornecidos maiores detalhes sobre as atividades, será também deliberada em conjunto a agenda a ser cumprida pelo grupo, bem como dia e horário das reuniões (que serão marcadas conforme a disponibilidade da maioria dos interessados).

Ao final, para os inscritos, será fornecido certificado de participação.
Curitiba, 07 de novembro de 2015.

Prof. Dr. Emerson Gabardo
Coordenador do Grupo



ANEXO 01 – EMENTA DOS TEMAS QUE SERÃO DEBATIDOS NO ANO DE 2017

Tema	Retropesso Social e Reformas no Serviço Público de Educação no Brasil
Ementa	Regime Jurídicos dos Serviços Públicos de Educação. A Educação como direito fundamental social. Os distintos regimes jurídicos do ensino, da pesquisa e da extensão. A possibilidade de pagamento pelos serviços de educação nas Universidades Públicas. As diferenças de regime entre os distintos níveis de educação (fundamental, médio e superior). A questão da autonomia da universitária. As diferenças de regime entre os prestadores públicos e privados na área de educação superior. Os direitos e deveres de professores e alunos. A questão da avaliação da qualidade na educação superior. As políticas de ação afirmativa no ambiente educacional e a questão do mérito como fundamento ético e critério seletivo. A reforma do ensino médio e as novas propostas de alteração do sistema de prestação do serviço de educação no Brasil. A ideologia de gênero no processo educacional. O projeto “Escola sem Partido”. A questão da laicidade no programa educacional. A desobediência civil, o direito de resistência e as ocupações como forma de objeção política e a contestação de sua legitimidade.
Tema	O Impacto das Novas Tecnologias no Regime Jurídico Brasileiro dos Serviços Públicos
Ementa	Regime jurídico clássico dos serviços públicos. As novas perspectivas. A prestação direta e indireta. O regime geral e os regimes setoriais dos serviços públicos. As diferenças entre serviços públicos e outras atividades do Estado. Os serviços públicos privatizados do Estado e os não privatizados. Os oligopólios e os monopólios públicos e privados. As atividades econômicas em sentido estrito. As novas tecnologias e a inovação típica dos últimos 30 anos. Os desafios da proibição do retrocesso social. A proteção de grupos vulneráveis a partir dos serviços públicos. Generalidade e universalidade dos serviços. Questões concernentes à estatização e à privatização. O problema das competências prestacionais. Questões éticas relativas aos serviços públicos: ideologia de gênero e os limites morais do mercado. O impacto da internet, do WhatsApp, do Uber, do Airbnb e do Netflix na compreensão dos institutos do Direito Administrativo. O procedimento administrativo eletrônico e seus percalços.
Metodologia	Leitura de textos. Exposições por parte de professores e alunos. Debates. Análise das questões jurídicas, políticas éticas e ideológicas. Argumentação e contra-argumentação. Defesa de hipóteses e proposições. Reflexão em grupo. Adoção de uma abordagem científica de temas políticos e sociais. Realização de críticas contundentes recíprocas em um ambiente de consideração ao outro. Forte contraposição de ideias como mecanismo lógico de discussão e manutenção do respeito pela divergência. Liberdade de pensamento.
Objetivo	Amadurecimento intelectual. Reforço da capacidade de divergência pacífica a respeito de temas polêmicos. Abandono do senso comum e das opiniões fundadas em experiências pessoais. Recusa da superficialidade argumentativa. Promoção da alteridade no ambiente acadêmico e político. Ampliação da autonomia acadêmica e da consciência inerente aos problemas sociais de uma sociedade socialmente desigual e carente de desenvolvimento humano.